



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2020
(Do DEP IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República informações sobre a reunião realizada com o Presidente da República às vésperas de sua participação no ato realizado no dia 03 de maio de 2020 e que teve entre suas pautas o ataque ao Poder Legislativo e ao Supremo Tribunal Federal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República**, pedido de informações sobre:

- 1) Quais foram os “aspectos de conjuntura”, conforme mencionado na nota divulgada pelo Ministério da Defesa, discutidos na reunião realizada com o Presidente da República às vésperas de sua participação no ato que atacou o Poder Legislativo e o Supremo Tribunal Federal, realizados no dia 03 de maio de 2020?
- 2) Encaminhar cópia da ata da referida reunião, da agenda pública em que ela foi divulgada, bem como do convite encaminhado ou recebido para participação.
- 3) A reunião teve como pauta a discussão das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, pela Câmara e pelo Senado? O Ministro da Defesa e os comandantes das três Forças firmaram alguma posição ou pactuação com o Presidente da República que contrariasse essas decisões ou poderiam contrariar decisões futuras dessas instituições?
- 4) A reunião discutiu a participação do Presidente da República nos atos antidemocráticos realizados no dia 03 de maio de 2020?



JUSTIFICATIVA

Enquanto o povo brasileiro está de luto pelas mais de 7 mil mortes¹ decorrentes da pandemia do Coronavírus, o país assistiu a mais um ato apoiado pelo Presidente da República e absolutamente contrário ao Estado Democrático de Direito.

Contrariando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Presidente da República compareceu e incentivou o ato convocado por seus apoiadores e realizado no último dia 03 de maio. O ato teve entre suas pautas o fechamento do Supremo Tribunal Federal e o ataque ao Poder Legislativo.

Conforme divulgado pela imprensa², às vésperas de sua participação no ato, o Presidente da República teria se reunido com os Ministros-Chefes do Gabinete de Segurança Institucional, da Casa Civil e da Secretaria de Governo, além do Ministro da Defesa e os comandantes das Forças Armadas. Conforme nota do Ministério da Defesa, a reunião discutiu a pandemia do Coronavírus e aspectos da conjuntura nacional.

No ato, o Presidente da República fez falas extremamente agressivas em relação aos demais poderes. Não satisfeito, afirmou, em tom ameaçador, que as Forças Armadas estariam ao seu lado.

É indiscutível a gravidade da participação do Presidente da República em atos que tenham como pauta o ataque às instituições democráticas. Mais grave ainda é ter as Forças Armadas envolvidas em discussões sobre a violação das prerrogativas e dos poderes conferidos pela Constituição Federal ao Legislativo e ao Judiciário.

Diante da gravidade do tema, é imprescindível que a sociedade tenha plena clareza do que foi debatido e pactuado na reunião ocorrida às vésperas da participação do Presidente da República no ato mencionado, sobretudo em relação à posição do Ministro da Defesa e dos comandantes da Forças Armadas sobre as pautas antidemocráticas do referido ato.

São essas as razões que nos levam a solicitar as informações contidas no presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 04 de maio de 2020.

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/04/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-4-de-maio.ghtml>. Acessado em: 04 de maio de 2020.

2 <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-se-reuniu-com-cupula-das-forcas-armadas-na-vespera-de-ato-com-pauta-antidemocratica-24408691>



IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP

Documento eletrônico assinado por Ivan Valente (PSOL/SP), através do ponto SDR_56359,
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato
da Mesa n. 80 de 2016.

